



CATEGORIAS DE ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS DO ALTO SOLIMÕES

Ednardo Arcanjo Garrido¹
Marinete Lourenço Mota²
Antônia Rodrigues da Silva³
Kaio Anderson Fernandes Gomes⁴

RESUMO

Este artigo, resultado de uma pesquisa bibliográfica, trata de descrever as categorias de estudo sobre a formação e profissionalização de professores indígenas do Alto Solimões. A metodologia deste estudo versou sobre a abordagem qualitativa no tocante a pesquisa bibliográfica. Como resultados enfatizam-se as categorias de políticas públicas sobre a educação indígena e a formação de professores indígenas, elementos norteadores para o estudo desta modalidade de educação brasileira.

Palavras Chave – Política pública, Formação/
Profissionalização, Professor Indígena.

ABSTRACT

This article, result of a bibliographical research, describe the categories of study on the training and professionalization of indigenous teachers of Alto Solimões. The methodology of this study focussed on the

¹ Graduando de Licenciatura em Pedagogia pelo Instituto de Natureza e Cultura – INC/UFAM. Email: ednardoarcanjobc@gmail.com

² Professora Dra. do Curso de Licenciatura em Pedagogia pelo Instituto de Natureza e Cultura – INC/UFAM. Email: mlmota71@gmail.com

³ Professora Dra. do Curso de Licenciatura em Pedagogia pelo Instituto de Natureza e Cultura – INC/UFAM. Email: toniabcam@yahoo.com.br

⁴ Graduando de Licenciatura em Pedagogia pelo Instituto de Natureza e Cultura – INC/UFAM. Email: kaioanderson.amt@gmail.com

qualitative approach with regard to bibliographical research. Results emphasize the categories of public policies on indigenous education and training of indigenous teachers, guiding elements to the study of this Brazilian education mode.

Key words – public Policy, training and Professionalization, Indian Teacher.

1 INTRODUÇÃO

Os desafios enfrentados na Educação indígena a nível nacional são muitos e cada vez mais exige formação profissional, a qualificação docente e definições de políticas públicas mais específicas que possam atender e garantir a qualidade da educação escolar indígena e suas diferenças étnicas importantes na construção das identidades e cidadanias indígenas.

O Conselho Nacional de Educação, resolução nº 1, de 7 de janeiro de 2015, Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências, promulgando em seu parágrafo único que Estas diretrizes têm por objetivo “regulamentar os programas e cursos destinados à formação inicial e continuada de professores indígenas no âmbito dos respectivos sistemas de ensino, suas instituições formadoras e órgãos normativos”.

Poucas são as oportunidades de discussões, ou mesmo de inclusão de disciplinas obrigatórias que envolvam a Educação Indígena nos cursos de Licenciaturas no Amazonas, em alguns casos as disciplinas se caracterizam como optativas, as quais dificilmente são ofertadas, o que a nosso ver vem corroborar com a ideia de negligência com a formação do profissional indígena de uma região que é eminente diversa social e culturalmente.

Faz-se necessário compreender a importância de se investigar sobre a oferta dos cursos de formação de professores indígenas no Alto Solimões, para, assim se conhecer melhor os tipos de práticas pedagógicas dos professores

indígenas se estão voltadas ou não para o atendimento dos preceitos legais da Educação Indígena, bem como as práxis voltadas para a preservação dos valores culturais tradicionais.

É uma oportunidade de se conhecer suas realidades e necessidades educacionais de formação inicial que muitas das vezes são atingidas pelas dificuldades de funcionamento dos cursos, os quais estão preocupados somente com os conteúdos que elevam os índices de ensino imposto pelos sistemas educacionais e acabam deixando de lado a essência da cultura, costumes tradições que de alguma forma contribui para o desenvolvimento da região.

2 CATEGORIAS DE ESTUDO ACERCA DA EDUCAÇÃO ÍNDIGENA ESCOLAR E FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS

As políticas públicas e a formação de professores indígenas enquanto objetos de estudo acerca da temática da Educação Indígena Escolar, surge a partir da análise de estudos bibliográficos sobre as produções científicas a nível de mestrado e doutorado contidas nos bancos de teses de dissertações de Programas de Pós-Graduação, principalmente no tocante ao Amazonas, por ser o Estado em que geograficamente encontra-se localizada a mesorregião do Alto Solimões.

Ressalta-se que o destaque dado a estas categorias é por serem unidades que permitem a análise de estudo na perspectiva de atender as diferenças étnicas e a possibilidade de efetivação de práticas de valores culturais tradicionais previstos como princípios constitutivos da Educação Indígena no Brasil nos tempos contemporâneos.

2.1 As políticas públicas e o direito a educação indígena escolar

O levantamento realizado no Banco de Teses e Dissertações em sítios de Programas de Pós-Graduação, principalmente os do Amazonas, nos instigou a enfatizar e trabalhar a questão das políticas públicas que tratam da Educação Indígena Escolar, por ser uma temática complexa e pertinente numa região em que

a diversidade étnica, sociocultural é fortemente presente em todos os aspectos da vida cotidiana.

Este trabalho nos permitiu a análise de que ainda são poucos as produções científicas acerca da educação indígena que priorizam a política pública de formação e profissionalização de professores indígenas do Alto Solimões, região marcada por uma significativa presença de diferentes grupos indígenas, de acordo com Mota (2010, p. 24 – 25)⁵,

É o ambiente imemorial de vida de 11 (onze) dos 66 (sessenta e seis) grupos étnicos do Estado do Amazonas, sendo 06 (seis) numericamente mais expressivos (Ticuna, Kokama, Marubo, Matsé, Kaixana e Kanamari). Compreendendo 26 (vinte e seis) terras Indígenas e uma área total de aproximadamente 9.871.383,96 hectares.

O inventário de Silva (2016, p.50)⁶ correspondente a um total “duzentos e quarenta e três trabalhos acadêmicos (cinquenta e cinco teses de doutorado e cento e oitenta e oito dissertações de mestrado)”, levantados no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) confirma a hipótese de que é somente a partir da década de 1970 que ocorre uma ampliação das temáticas e do aprimoramento teórico e metodológico para a contribuição com o crescimento da produção de conhecimento científico na área da Educação Indígena Escolar, porém não se percebe o investimento à formação de professores indígenas, confirmando a ideia de que há produções ainda em construção ou mais recentes que até o momento não foi identificado por este estudo.

A ausência de trabalhos que se voltem para a política de formação de professores indígenas no Alto Solimões vem corroborar com a ideia de negação dos direitos dos povos indígenas em praticar uma educação de respeito aos valores das culturas tradicionais no país.

A Constituição Federal de 1988, e a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB) Lei 9394/1996 passou a assegurar aos índios brasileiros o direito de permanecerem cultivando suas tradições culturais, ou seja, suas línguas, costumes e valores. Soma-se a esta ideia dos direitos indígenas o direito à educação diferenciada enquanto um direito social de cada cidadão brasileiro.

⁵ Dissertação de Mestrado do Banco de dissertações do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas. Dissertação que não é sobre Educação Indígena, mas é sobre a Educação Escolar na fronteira amazônica do Alto Solimões.

⁶ Tese levantada no Banco de Teses e Dissertações no sítio do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia.

O Art. 78 da LDB no quesito educação indígena diferenciada, princípio político educacional, afirma que a educação escolar para os povos indígenas deve ser intercultural e bilíngue deve ser praticada para se reafirmar as identidades étnicas, a recuperação de suas históricas, valorização de línguas indígenas, garantindo ainda o acesso das informações, conhecimentos valorizados pela sociedade dos tempos contemporâneos aos indígenas.

Os direitos indígenas vem sendo conquistados e concretizados em um processo histórico diferentemente do avanço da sociedade dominante, mas existe uma interligação e necessidade entre ambos que pode favorecer grandes perspectivas quanto aos aspectos educacionais, culturais e sociais.

A partir da garantia dos direitos sociais dos indígenas no Brasil, surge a possibilidade de organizações indígenas em diferentes segmentos, entre elas o segmento dos profissionais de educação. A esse respeito Araújo (2006, p. 42) afirma que,

[...] as organizações indígenas, que multiplicaram e passaram a investir na capacitação técnica, de seus quadros, priorizando-a, atuam em todos os níveis de discussão dos assuntos indigenista – local e global, passando pelo regional e nacional. Em todos os campos do conhecimento desapontam profissionais indígenas bastante qualificados, o país viu surgir ao longo desses anos diversas iniciativas na área da educação, desde as escolas indígenas de ensino fundamental bilíngue, os cursos de formação e treinamento de professores especializados, até a criação de uma universidade indígena [...] (ARAÚJO, 2006, p. 42).

As organizações tornam-se fundamentais no contexto das sociedades democráticas, pois contribuem significativamente com as conquistas de seus segmentos e de políticas públicas que garantissem os direitos da Educação Indígena. A falta de qualificação profissional dos docentes indígenas é um dos maiores desafios na atualidade, mas tem por meio de algumas organizações conquistado os seus direitos à qualificação continuada de professores. “[...] O que se percebe é que na maioria dos casos a escola continua ignorante e sufocando as pedagogias indígenas e, quando isso acontece, a escola esta contribuindo para o enfraquecimento ou o desaparecimento das culturas e dos próprios povos indígenas [...]” (BANIWA, 2006, p.134). Neste contexto a escola não consegue vivenciar sua autonomia por inúmeras situações imbricada a complexidade de fenômenos a envolvem.

A formação e profissionalização de professores indígenas há muito vem sendo discutida em conferências nacionais e internacionais. E assim promover profundos debates para se alcançar um salto qualitativo e até mesmo quantitativo na educação indígena que possa atender a diversidade sociocultural e a prática de uma educação bilíngue que caracteriza a realidade dos diferentes povos étnicos.

A diversidade étnica e sociocultural é inegável no que tange a mesorregião do Alto Solimões no Amazonas. Logo saltam aos olhos as diferenças que caracterizam a região, nos remetendo à necessidade de repensar a escola indígena ou pelo menos evitar definições homogêneas de sua missão institucional e incentivando e promovendo modelos diversificados de escola e de processos educativos alternativos capazes de dar conta dessa complexa demanda interna e externa dos povos indígenas (BANIWA, 2013).

Neste contexto, esta pesquisa foi suscitada por vários motivos dentre eles o de contribuir cientificamente com a caracterização, a partir de uma análise crítica, sobre a formação e profissionalização de professores indígenas da mesorregião do Alto Solimões, suscitando, então, uma discussão teórica acerca dos diferentes processos de formação e profissionalização de professores indígenas nesta região.

A realização desta pesquisa justifica-se ainda pela oportunidade de contribuir com os professores indígenas, bem como os índios da região do Alto Solimões, na perspectiva de políticas públicas educacionais afirmativas, de garantia do direito social e às diferenças dos diversos grupos sociais indígenas que ocupam esse território no Amazonas.

2.2 A formação de professores indígenas no Alto Solimões

A partir do reconhecimento das diferenças étnica, cultural e a conquista do direito à igualdade e à diferença emana a compreensão da necessidade ou “a suposta necessidade” dos índios pela “escola diferenciada”, promulgada na legislação vigente do país e nas leis educacionais como a escola idílica e almejada pelos índios.

Cumprido lembrar que a educação acontece sempre na relação com o outro. “Embora a filosofia contemporânea coloque “o tema do outro num patamar muito distinto daquele posto por Descartes, no final das contas, o outro permanece

como representação e tende a ser apagado, eliminado ou, ao menos tratado com *indiferença*.” (GALLO, s/d, p. 06).

Faz-se necessário, então, olhar para a proposta da escola diferenciada. É preciso que a cultura indígenas, ou melhor, as culturas indígenas e a suas línguas sejam apreendidas na escola, mas é preciso proporcionar uma educação voltada para a emancipação dos sujeitos enquanto grupo étnico diferenciados. Para Vygotsky quando o conhecimento da cultura é assimilado e vivenciado pela criança, surge a aprendizagem e, conseqüentemente, o desenvolvimento. Logo, surge a análise de que os elementos culturais indígenas devem se fazer presentes no ambiente escolar, isso com certeza possibilitará uma formação intelectual mais sólida, preocupada com o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias a formação intelectual.

É mister refletir sobre esse modelo de educação indígena na atualidade. Pois para Giddens (1991, p. 27), “[...] o advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros "ausentes", localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face [...] isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais”.

Neste cenário a formação de professores aparece como um elemento indispensável ao provimento de educação escolar que esteja ancorada nos anseios e necessidade dos povos indígenas. Sobre a formação de professores Nóvoa (2016, p. 13) em seus escritos destaca o seguinte:

A formação deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de auto formação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional.

Quanto à formação dos professores indígenas, esta é concebida na legislação e na teoria pertinente como um fator determinante na consolidação de um projeto de educação a favor dos povos indígenas.

[...] a formação dos professores indígenas passa a ser uma reivindicação essencial no conjunto da reconstrução do velho paradigma de educação tradicional de escola, na medida em que este profissional representa um novo *status* político dentro da comunidade, respondendo como um tradutor que decodifica o mundo fora da aldeia (MANDULÃO, 2006, p. 221).

Também para Freitas (2004) *apud* Victoria (2008, p.55), a formação dos professores poderá trazer,

[...] contribuições importantes para a educação e para a forma de olhar a escola e o trabalho pedagógico, ao colocar em evidência as relações de determinação existentes entre educação e sociedade e a estreita vinculação entre a forma de organização da sociedade, os objetivos da educação e a forma como a escola se organiza.

A formação dos professores na região do Alto Solimões tem ocorrido principalmente por meio das ações da OGPTB, que procurou, dentro das possibilidades, formar professores bilíngues em nível médio (Magistério Indígena) e, atualmente, em nível superior (Licenciatura Indígena), para atuar nas escolas indígenas. Em suas pesquisas sobre a escolarização dos índios Tikuna Oliveira (2010, p. 07), elaborou algumas proposições sobre a perspectiva dos professores indígenas e destaca o seguinte:

[...] existem duas correntes educacionais entre os professores tikunas. Uma considera importante um ensino bilíngue, o estudo dos mitos e costumes de preservação da cultura; a outra acredita que é inútil estudar os mitos e outros aspectos culturais, que podem ser apreendidos no dia-a-dia, defendem que os índios precisam de uma educação igual à dos não indígenas, para competir no mercado em condições de igualdade [...].

Tais abordagens teóricas nortearam o desenvolvimento da pesquisas sobre a formação e profissionalização dos professores indígenas que vivem e atuam na região do Alto Solimões na perspectiva de pensar este objeto estudo na perspectiva conceitual, legal e empírica.

3 NOTA CONCLUSIVA

Este estudo foi embasado na concepção de autores especialistas ou estudiosos da área da educação indígena, mostrando os avanços, os desafios na sociedade contemporânea acerca da garantia dos direitos às diferenças e principalmente a uma educação que atenda as peculiaridades de uma região eminentemente tradicional habitada por vários grupos étnicos.

As categorias de análise deste estudo aqui descritas como as políticas públicas e a formação de professores indígenas contribuem sobremaneira para compreender como se dá a formação indígena no Alto Solimões.

Vale enfatizar que ainda são escassas as produções científicas sobre a formação de professores indígenas na região, sinalizando, então o pouco investimento na formação desses sujeitos na região.

É importante frisar que a educação indígena ainda precisa avançar, necessitando cada vez mais de profissionais qualificados para a ação de educar nas escolas brasileiras, tendo em vista a diversidade sociocultural que caracteriza a Amazônia e o mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Ana Valéria. **Povos Indígenas e a Lei dos “Branços”**: o direito a diferença. Brasília: Ministério da Educação Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização e Diversidade: LACED/ Museu Nacional, 2006.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje. Brasília: Ministério da Educação Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização e Diversidade: LACED/ Museu Nacional, 2006.

BANIWA, Gersem. **Educação Escolar Indígena no Brasil**: avanços, limites e novas perspectivas. Goiânia - GO: 36ª Reunião Anual da ANPED, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei 9394/96. Brasília: Senado Federal, 2007.

BRAVO, R. S. **Técnicas de investigação social**: Teoria e exercício. 7 ed. Ver. Madrid: Paraninfo, 1991.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Políticas da diferença**: para além dos estereótipos na prática educacional. Educação & Sociedade, Campinas, v. 27, n. 95, p. 495520, Maio/Ago, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25.ed.São Paulo: Paz e Terra, 1996.

- GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: JorgeZahar, 1991.
- GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: Mec, SECAD, 2006. (Coleção Educação para Todos; 8)
- MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 4. ed. WMF Martins Fontes, 2011
- MINAYO, Cecilia de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MOTA, Marinete Lourenço. **Educação Escolar na tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru**. Dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2010.
- OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2. ed. Petrópolis– RJ: Vozes, 2010.
- OLIVEIRA, Paulo Celso de. **O Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente e o Direito Indígenas**. In: ARAUJO, Ana Valeria. Ministério da Educação. 2006.
- SILVA, Antônia Rodrigues da. **Concepções e práticas de educação escolar indígena: institucionalidade, estado da arte e escolarização dos Tikuna no Alto Solimões, AM**. Tese de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2016.